

Eixo – Políticas Sociais e a Realização de Direitos

Nossas políticas e nosso projeto de sociedade estão voltados à justiça social e à garantia de liberdade para todas e todos, inspirados pela perspectiva estratégica defendida por nosso partido, que é o socialismo democrático. O PT entende que a garantia de direitos, por meio da realização de políticas sociais, é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo e melhorar a vida das pessoas. Ao mesmo tempo, é preciso contribuir para que construam consciência crítica sobre as razões das injustiças, bem como dos projetos políticos que as sustentam.

Nas eleições, apresentaremos propostas articuladas que integrem políticas e ações para diminuir a miséria, promover o desenvolvimento e a transição ecológica nas cidades, ampliar e assegurar qualidade dos serviços públicos, esclarecendo o que é responsabilidade do município e o que é responsabilidade dos governos estaduais e federal.

Para a elaboração de programas e planos de governo e propostas de mandato parlamentar a partir das orientações do Eixo Políticas Sociais e a Realização de Direitos, é preciso que possamos discutir com a população o que são políticas sociais e por que as defendemos, em vez de ações pontuais ou espetaculares. Trata-se de apresentar políticas para garantir direitos, a partir da defesa da constituição, e não para vender serviços.

A construção do programa pode e deve contar com a participação do maior número de pessoas possível, pois o domínio das propostas contribui para o envolvimento dos participantes com o projeto.

Assim, definimos políticas sociais como um conjunto de concepções, objetivos e ações de governo, realizadas em áreas específicas, voltadas à garantia de direitos estabelecidos constitucionalmente ou mesmo sua ampliação em atendimento de necessidades sociais em diversos campos.

As políticas sociais devem estar voltadas à promoção da igualdade de gênero, étnico-racial e da liberdade de orientação sexual e religiosa. Essas políticas dizem respeito diretamente à concretização de direitos sociais e são tencionadas pelo conflito de interesses em disputa na sociedade, especialmente pelas concepções neoliberais que, como já apontamos, pretendem diminuir direitos de toda ordem, reduzir os gastos do Estado, especialmente com os mais pobres, e transformar direitos em mercadoria. Este eixo envolve as políticas públicas de educação, saúde, assistência social, transferência e redistribuição de renda, direitos humanos, abastecimento e segurança alimentar, geração de trabalho e renda, segurança pública, cultura, lazer, esporte, políticas agrária e agropecuária, meio ambiente, inclusão digital, ações afirmativas.

As políticas sociais fazem parte das responsabilidades do governo, seus marcos legais são estabelecidos pelos parlamentos em nível nacional, estadual e municipal, a partir da Constituição Federal. Além disso, os governantes e parlamentares, tendo consciência plena ou não, ao apresentarem propostas, abraçam conceitos e definem para quem vão governar: se para a maioria do povo ou para as elites, se vão defender direitos ou privilégios. Para tanto, a sociedade deve participar das formulações e da luta para elevação dos padrões de acesso e qualidade, visando promover avanços e impedir retrocessos.

Defender um estado local forte para realizar o planejamento e gestão das políticas

O PT assegurou, em suas experiências de governo¹ a primazia do Estado na condução das políticas públicas. Os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma não apenas se beneficiaram do conhecimento acumulado com as experiências de gestões petistas nos municípios e estados, já apontado, como aprofundaram e ampliaram a qualidade e o alcance das políticas sociais, além de construir políticas em todas as áreas, com a sociedade e os outros níveis de governo, a partir dessa perspectiva.

¹ Ver Revista Legado dos Governos do PT

Os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma demonstraram aquilo que o PT tem defendido desde sua criação: é possível governar o país para distribuir a renda, garantir e ampliar direitos, impulsionar o desenvolvimento sustentável, maior distribuição de renda e participação popular e cidadã.

Mesmo no contexto de um governo nacional que desmonta as políticas sociais e ataca os pobres², é muito importante que os programas e planos de governo e as propostas de mandato parlamentar indiquem a importância das prefeituras irem até o cidadão e a cidadã que não têm condições sociais de demandar seus direitos no campo e nas áreas urbanas. Os municípios têm um grande trabalho a realizar e podem se apoiar, para isso, na concepção da ação Busca Ativa do Plano Nacional Brasil Sem Miséria, realizado pelo governo da Presidenta Dilma.

Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria foi criado em 2011 pela Presidenta Dilma para superar a extrema pobreza no país, sempre tendo em vista que a pobreza não se resume a uma questão de renda. Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso a água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta. E todas elas eram prioridades no Plano.

Para lidar com tantos desafios, o Brasil Sem Miséria se organizou em três eixos:

- garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza;
- acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias;
- inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade.

No governo da Presidenta Dilma, o plano era coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), contando com a participação de 22 ministérios, além da parceria de estados e municípios, de bancos públicos, do setor privado e da sociedade civil.

A seleção das famílias, feita com base no Cadastro Único, também era coordenado pelo MDS, e os municípios ficavam responsáveis pelo levantamento e preenchimento dos dados das famílias nesse cadastro.

Para localizar e identificar todas essas famílias de baixa renda existentes no Brasil e incluí-las no Cadastro Único, o governo federal utilizava a Busca Ativa.

A Busca Ativa era, portanto, uma estratégia do Plano Brasil Sem Miséria para fazer o Estado chegar até as pessoas mais pobres do Brasil e inclui-las no Cadastro Único, permitindo que elas tivessem acesso aos benefícios do Bolsa Família e de outros programas sociais do governo federal, além de facilitar o acesso a serviços sociais básicos nas áreas da saúde, educação, assistência social, saneamento, trabalho, entre outros.

Todas as metas inicialmente colocadas para o Brasil sem Miséria foram cumpridas, levando o país a um novo patamar em termos de proteção social.

Os aprimoramentos que o Plano proporcionou ao Bolsa Família permitiram acabar com a extrema pobreza no universo do programa, retirando 22 milhões de pessoas da miséria. Mais de 1,75 milhão de pessoas de baixa renda se matricularam em cursos de qualificação profissional do Pronatec, melhorando suas perspectivas de trabalho e renda. Mais de 960 mil cisternas, incluindo as de consumo e as de produção, foram construídas e entregues desde o início do Brasil sem Miséria. E os repasses da Ação Brasil Carinhoso aos municípios contribuíram para que a quantidade de crianças do Bolsa Família matriculadas em creches aumentasse 33% entre 2011 e 2014. Esses são apenas alguns dos principais resultados alcançados pelo Plano.

² Ver texto sobre retrocessos

Toda política pública social deve ter como meta o atendimento a todos os cidadãos e cidadãs, respeitando suas especificidades, e deve ser garantida no âmbito municipal, por meio de ações executadas pelo poder público.

Quando da formulação de propostas que envolvam estabelecimento de convênios com entidades da sociedade civil, para a realização de programas e projetos em uma determinada área, é necessário apontar a responsabilidade do governo municipal e buscar assegurar o controle da sociedade. Em tempos de privatização, é preciso demonstrar a distinção entre a terceirização e o estabelecimento de parcerias onde a responsabilidade pública fica explícita, sempre que o poder público não puder realizar diretamente a oferta do serviço. Tornar clara essa diretriz em relação às políticas sociais permite enfrentar o debate com os partidos conservadores que defendem a redução das responsabilidades do Estado, transferindo para a sociedade recursos públicos destinados a executar serviços essenciais à população.

Construção articulada e integrada das políticas sociais

Para eficácia das políticas e bom uso do dinheiro público, é recomendável que as orientações e o processo de gestão das políticas favoreçam a articulação e a coordenação intersetorial e matricial das ações, isto é, trata-se de incentivar a coordenação de políticas e programas que envolvam mais de uma secretaria ou área, sob coordenação central de governo superando a tradicional fragmentação em função da estrutura vertical de cada área – legislação federal, vinculações orçamentárias etc. (*ver mais sobre esse tema no Eixo Gestão Ética, Democrática e Eficiente*).

A implantação das políticas públicas deve considerar as necessidades e a desigualdade territorial no município. Isso implica distribuição adequada de equipamentos e serviços públicos, favorecendo exatamente os lugares mais desiguais, social e economicamente, e provendo soluções para as necessidades e demandas de seus moradores e moradoras.

Por isso tudo, é fundamental a instituição do planejamento integrado das políticas públicas e acompanhamento de sua execução. Para tanto, é importante também investir na formação e na comunicação, visando ampliar o conhecimento da sociedade sobre elas.

O primeiro passo é fazer o diagnóstico da situação inicial da estrutura de gestão e de legislação do município. Conhecer a legislação que regula cada área, orçamento previsto e executado na cidade, as condições de acesso ao serviço; quantidade de pessoas atendidas em relação à demanda, situação dos equipamentos públicos; prédios e equipamentos; condição de provimento de materiais e módulos de pessoal; qualidade dos serviços; estrutura e dinâmica de gestão; se e como a população participa da discussão e definição de leis e políticas.

Gestão democrática, eficiente e com controle social

Os governos petistas criaram e implantaram canais e mecanismos de diálogo e participação na gestão das políticas sociais, nas fases de elaboração, planejamento, execução e avaliação, que se tornaram características amplamente reconhecidas do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar, conforme demonstrado no Eixo Participação Popular e Cidadã e Controle Social.

A participação dos setores sociais diretamente interessados na elaboração e execução das políticas sociais contribui para disputar junto à sociedade as concepções e valores que constroem a cultura de direitos e cidadania. Esta não é uma tarefa fácil, uma vez que o clientelismo e a expectativa de obter privilégios na relação com atores públicos (fundamento do patrimonialismo) são muito enraizados em nossa sociedade. Por isso mesmo, os programas e planos de governo e as propostas de mandato parlamentar são instrumentos para evidenciar as posições e buscar construir maioria em torno delas.

É muito importante incorporar que a interlocução com a sociedade sobre programa ou proposta de mandato durante a campanha é necessária e será uma diretriz dos futuros mandatos, por meio dos

canais de participação e de controle social, e deverá contribuir para a discussão dos interesses em conflito e para a democratização do acesso e qualidade das políticas.

A definição de diretrizes e critérios públicos, elaborados e pactuados com ampla participação cidadã e expostos ao controle social, é uma característica que distingue uma política social de interesse público dos serviços oferecidos pelo mercado e atrelados a interesses pessoais e privados (*rever esse tema no Eixo Participação Popular e Cidadã e Controle Social*).

Promover igualdade com equidade, superação das iniquidades e a defesa dos direitos humanos.

A experiência histórica da escravidão e a exploração das mulheres são partes inseparáveis do desenvolvimento capitalista no Brasil e têm deixado marcas profundas na sociedade brasileira. Essas práticas deletérias demonstram que as contradições de classe e as assimetrias de raça e gênero estruturam as desigualdades no País, tendo por base profundas hierarquias e processos de exclusão.

As diversas faces da heterogeneidade e da pluralidade, que compõem e caracterizam a sociedade brasileira, abarcam as diferenças de gênero, raça e geracionais, de orientação sexual e de capacidades. O reconhecimento destas diferenças e dos violentos processos de discriminação, que dão suporte e aprofundam as desigualdades, justificam constar, nos programas e planos de governo e nas propostas de mandato parlamentar, políticas sociais reparadoras e ações afirmativas, como aquelas realizadas por governos petistas, especialmente pelos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, defendidas pelo partido tendo como amparo a Constituição Federal.

A igualdade entre as pessoas é pressuposto básico dos direitos humanos fundamentais. É preciso mostrar à sociedade [todos os ataques que têm sido desferidos pelo governo Bolsonaro](#).

Devemos propor políticas que incentivem a sociedade a combater as situações que promovem preconceito, discriminação e exclusão social de qualquer natureza enfrentando, por exemplo, doutrinas como a do chamado “marxismo cultural”.

O PT entende que nenhuma política pública deve ser compreendida como benemerência, nem mesmo a assistência social, a qual, tradicionalmente, ou mais diretamente, atribui-se essa condição. As ações adotadas nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, como o programa Bolsa Família, os serviços socioassistenciais, a rede de proteção social, a política de segurança alimentar e nutricional e o Plano Brasil Sem Miséria se constituíram em políticas entendidas como direitos, superando ações pontuais, fragmentadas e fragmentárias que marcaram práticas de governos anteriores.

Os nossos planos e programas de governo e propostas de mandato parlamentar devem prever a promoção do respeito aos direitos humanos, articulado com os direitos sociais, civis e políticos, direito à segurança, à privacidade, ao acesso à justiça, a não discriminação, ao tratamento justo e digno para todos os cidadãos e cidadãs:

- Estabelecer políticas municipais específicas para as crianças e adolescentes, entendendo-as como sujeitos de direitos, orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), voltadas à Erradicação do Trabalho Infantil, o combate à violência contra crianças e adolescentes, em particular a violência sexual.
- Assegurar os direitos específicos da juventude (15 a 29 anos) nas políticas públicas, de acordo com as diretrizes apresentadas no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13), que são: educação; profissionalização; direito ao trabalho e à renda; diversidade e igualdade; saúde; cultura; comunicação e liberdade de expressão; desporto e lazer; direito ao território e à mobilidade; sustentabilidade e meio ambiente; segurança pública e acesso à justiça.
- Propor ações específicas para a pessoa idosa, fortemente atingida pelas políticas neoliberais no Brasil, partindo do Estatuto do Idoso, promulgado durante o governo do Presidente Lula. Podemos tomar como referência, consideradas as limitações de cada município, a formulação dos programas desenvolvidos durante os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, tais como: o Benefício de

Prestação Continuada (BPC) para idosos com mais de 65 anos; o Programa Saúde do Idoso, visando à promoção do envelhecimento ativo e saudável; a Carteira do Idoso; Cartão Nacional de Saúde; Farmácia Popular; Saúde da Família; SOS Emergências; Programas de Prevenção de doenças reumáticas, diabetes, entre outras. Além disso, é fundamental que as pessoas idosas possam frequentar os espaços públicos da cidade, desfrutar do lazer e ter acesso à produção cultural e práticas esportivas. Para tanto, as políticas públicas devem prever condições de segurança e mobilidade para que estas pessoas não sejam excluídas e alijadas da convivência social.

- É fundamental a construção de políticas para as pessoas com deficiência, desafio para o qual todos e todas devem estar muito atentos (as) e preparados (as). É preciso desenvolver iniciativas que garantam condições de acessibilidade e locomoção, que favoreçam a participação em atividades culturais, de lazer e de educação do corpo. Além disso, é necessário desenvolver ações que permitam a geração de emprego e renda e prever o direito à cidade para todas as pessoas com deficiência.

Políticas específicas – Diretrizes e ações para as eleições de 2020

Nos programas e planos de governo e nas propostas de mandato parlamentar, é fundamental prever políticas específicas, levando-se em conta os planos nacionais, elaborados nas conferências nacionais, e políticas desenvolvidas pelos governos do PT, incluindo aquelas desmontadas pelo governo Bolsonaro.

Política de Segurança Cidadã

Ou temos Segurança Pública para Todos ou Ninguém está Seguro

O Programa de Segurança Pública apresentado na campanha do Presidente Lula em 2002 tinha como perspectiva uma ampla reforma do sistema de segurança pública do país, promovendo mudanças infraconstitucionais e constitucionais. A criação de um Sistema Único de Segurança Pública no Brasil, sugerido pelo programa do Partido dos Trabalhadores (PT), era pautado em amplas reformas estruturais.

Na esfera constitucional, previa um novo marco legal do artigo nº144 da Constituição Federal, com a extinção dos tribunais e auditorias militares estaduais, lei orgânica única para as polícias, desvinculação das polícias militares enquanto reserva do Exército, investigação sem indiciamento e a perspectiva do estabelecimento de piso nacional para as polícias estaduais, entre outros.

No âmbito infraconstitucional, o programa previa várias reformas que dependiam exclusivamente de vontade política dos governadores dos estados, tais como:

- Mudanças dos Regulamentos Disciplinares das PMs;
- Controle rigoroso do uso da força letal por policiais;
- Autonomia dos órgãos periciais;
- Corpo de Bombeiros desvinculados das polícias estaduais;
- Reformulação das leis orgânicas das polícias estaduais;
- Ouvidorias de Polícia independentes e autônomas nos estados;
- Unificação progressiva das academias e escolas de formação das polícias estaduais;
- Criação de órgão integrado de informação e inteligência;
- Programa integrado de Saúde Mental nas polícias, com profissionais de fora das instituições policiais;
- Grupo Unificado de Mediação de Conflitos.

Infelizmente, grande parte das propostas do programa de segurança do presidente Lula não se tornaram políticas públicas nas esferas federal e dos estados. Resgatar e implementar este que foi o mais amplo programa de reformas estruturais do setor de segurança pública apresentado na República representa o nosso grande desafio.

O sistema de segurança pública do país ainda é marcado por uma cultura oligárquica e de preconceito contra as pessoas pobres e as pessoas negras. Em 2017, o Brasil registrou 63.880 mortes violentas, principalmente em estados do Nordeste. Houve uma redução nos anos de 2018 e 2019, mais as mortes violentas no país ainda passam de 50 mil por ano. Dados disponíveis indicam que, em média, 65% das mortes violentas atingem os jovens pobres e negros das periferias do Brasil. Portanto, é urgente e necessário um **Amplio Programa Federal de Redução dos Homicídios** no país e políticas estruturantes para a juventude, em especial, para os jovens periféricos.

Políticas de Segurança Cidadã nos Municípios

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, criado na gestão do presidente Lula é um marco na inclusão dos municípios na segurança pública.

Dos 94 projetos e ações do programa aos quais o governo federal destinava recursos, 50% eram para projetos de prevenção nos municípios. Em um dado momento, os recursos aos municípios ultrapassaram 300 milhões de reais. Foi com certeza o maior programa de inclusão dos municípios na segurança pública feito na República.

Projetos como **Mulheres da Paz** e **Protejo**, destinados a juventude e vídeo-monitoramento das cidades, foram implementados em vários municípios de todas as regiões do país.

A metodologia do programa consistia em criar Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, que articulavam todas as secretarias sociais municipais e as representações das polícias estaduais no município. Os grandes articuladores dos GGI-M eram os prefeitos e prefeitas municipais, fundamentais para garantir matricialidade nos projetos e ações.

Aos Municípios cabe Ação Complementar na Segurança Pública

É sabido que a responsabilidade pela Segurança Pública, *scriptu sensu*, é do Estado. Enfrentar a criminalidade comum e a organizada cabe às polícias civil e militar. Estas representam mais de 80% do efetivo policial no país, enquanto as polícias da União representam os outros 20%.

Aos municípios cabe ação complementar, sobretudo naquilo que historicamente tem sido uma dificuldade na atuação do Estado: a prevenção do crime e da violência.

Uma Política Municipal de Segurança Pública visa reforçar este papel protagonista que o Poder Público Municipal tem na área, em especial no que se refere à sua atuação por meio de políticas públicas locais de prevenção do crime e da violência.

O conceito de Segurança Cidadã pode ser definido como articulação permanente de ações preventivas policiais e ações sociais que permitam uma atuação sistêmica do município sobre as raízes socioculturais da violência, por meio de políticas integradas, multissetoriais e territorializadas.

Mas a segurança municipal preventiva cidadã depende também de variáveis extrapoliciais, tais como o ambiente comunitário, os equipamentos coletivos de qualidade, a infraestrutura social e urbana, o meio ambiente e os serviços de utilidade pública.

Isso porque parte dos problemas de segurança vivenciados pelos cidadãos e cidadãs no espaço público ultrapassa ou não se limita à intervenção policial. A violência é multicausal, por isso, requer cooperação das comunidades e dos diversos órgãos públicos prestadores de serviços essenciais à população para promover seu enfrentamento e prevenção.

A iluminação pública nos bairros, fiscalização de posturas relativas ao ordenamento e uso e ocupação urbano e rural, o saneamento básico, a zeladoria da cidade são fatores que contribuem para a qualidade de vida e para prevenir a violência, portanto, dialogam com ação complementar da segurança pública.

Para que uma política municipal de segurança cidadã tenha êxito, o prefeito e a prefeita têm o papel de ser o principal gestor e articulador da política de segurança, porque ela tem que ser intersetorial,

matricial e intersecretarial. Se o (a) chefe do Executivo não assumir essa tarefa, a política não se consolida.

Um dos exemplos foi a política de segurança municipal de Diadema/SP, na gestão do Prefeito Filippi, do PT. A política de fechamento de bares às 22 horas, na cidade, que foi responsável pela diminuição dos índices de homicídios dolosos, foi realizada após diagnóstico de que grande parte dos homicídios dolosos aconteciam dentro ou no entorno dos bares e, principalmente, porque o prefeito assumiu a coordenação da política municipal de segurança pública, o que garantiu articulação com as instituições policiais na cidade e das secretarias sociais do governo. Uma das hipóteses dessa política de fechamento de bares não ter tido êxito em outros municípios talvez seja a falta dessas duas premissas.

Portanto, o primeiro passo para ter uma política municipal de segurança cidadã é fazer um amplo **Diagnóstico da dinâmica da violência e do crime na cidade**, ouvindo representantes das polícias estaduais do município e da comunidade, conhecendo o perfil socioeconômico da cidade, relação de equipamentos públicos e detecção de vulnerabilidades que se relacionam com o tema segurança pública.

Propostas indicativas para política municipal de segurança pública cidadã

▪ Fóruns locais comunitários

Realizados em parceria com a sociedade civil local, pretendem ser intersecretariais, integrados e participativos. Têm por objetivo: Garantir maior acesso aos direitos civis, sociais, culturais e econômicos; fortalecer o exercício ativo da cidadania e ampliar o capital social; fortalecer as redes locais e de solidariedade; fomentar a cultura de paz; aumentar o fluxo de informação sobre serviços e ações de governo; diminuir fatores de risco da violência. A articulação de várias secretarias garante a integração entre os vários projetos na perspectiva da governança cooperativa, que garantirá a sustentabilidade do Programa Municipal.

▪ Projeto Guardiã Maria da Penha

O projeto Guardiã Maria da Penha é uma parceria entre a Secretaria de Segurança Urbana, Secretaria de Promoção das Mulheres e o Ministério Público. Em São Paulo, na gestão Fernando Haddad, mais de 100 mulheres da região central foram protegidas. A violência contra a mulher e o aumento do feminicídio no Brasil devem ser uma preocupação e prioridade dos governos locais. Em Salvador, na Bahia, o projeto Guardiã Maria da Penha, feito em parceria com a Polícia Militar, também tem apresentado bons resultados.

▪ Vídeo-monitoramento Integrado da Cidade

Utilizar novas tecnologias para ampliar a sensação de segurança e inibir a violência vem se tornando uma das principais ferramentas da Segurança Municipal. Uma experiência exitosa foi o Centro Integrado de Monitoramento na cidade de São Bernardo do Campo/SP, na gestão do prefeito petista Luiz Marinho. O Centro Integrado reuniu a Guarda Civil Municipal e as polícias estaduais. As câmeras de segurança foram instaladas prioritariamente nas entradas e saídas das escolas municipais e nos grandes corredores de tráfego.

▪ Gestão de Informação

As secretarias municipais agregam dados relevantes para a gestão da informação na política de segurança municipal, como é o caso da Notificação Compulsória de Violência da Secretaria da Saúde. A notificação compulsória permite compreender dinâmicas de violências que são altamente subnotificadas nos distritos policiais, como por exemplo a violência doméstica.

▪ **Abertura das escolas municipais nos finais de semana**

A juventude das periferias das cidades tem poucos espaços de lazer, cultura e esporte. A abertura das escolas nos finais de semana para a comunidade aproxima a população do ambiente escolar e se torna a própria alternativa de lazer aos jovens do entorno da escola.

▪ **Gabinete de Gestão Integrada Municipal**

Retomar os Gabinetes de Gestão Integradas Municipais, criados no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania do governo do Presidente Lula. O GGI-M deve integrar todas as secretarias sociais do governo, a secretaria de segurança e os representantes das polícias estaduais na cidade. Para que o GGI-M tenha envergadura política, deve haver participação efetiva das secretarias e das polícias, tendo o prefeito o papel de coordenador político do GGI-M.

▪ **Guarda Civil Municipal Preventiva e Comunitária**

Se cabe aos municípios ação complementar na segurança pública, nos municípios governados pelo PT que possuam Guardas Civis Municipais, a tarefa estratégica da Guarda Civil Municipal é ser uma das principais, senão a principal referência de política preventiva e comunitária da cidade.

Não cabe às Guardas Civis Municipais disputar espaço com a Polícia Militar. Realizar policiamento ostensivo repressivo é uma atribuição exclusiva da PM e não das Guardas Civis Municipais.

No governo da Presidenta Dilma, foi aprovada a primeira lei federal relacionada às Guardas Civis Municipais (lei nº 13.022/14), conhecida como “Estatuto Geral das Guardas Civis Municipais”. A lei federal deveria ser parâmetro para as ações das Guardas Civis Municipais em todo Brasil. Mas, infelizmente, ainda não é. Uma das hipóteses de a lei federal não ser parâmetro são as interpretações equivocadas sem embasamento no próprio texto da lei, que traz as competências exclusivas das Guardas Civis Municipais.

Todas as 18 atribuições previstas na lei como competências das Guardas Civis Municipais propõem ações preventivas e comunitárias. Não há, entre as atribuições, a prerrogativa de realizar policiamento ostensivo repressivo. Entretanto muitas Guardas Civis Municipais realizam, inclusive em governos municipais do PT.

Pautado na lei federal que instituiu o Estatuto Geral das Guardas, elencamos algumas ações que devem ser prioridades das Guardas Civis Municipais:

a) Segurança Escolar

Implantar segurança escolar.

O que mais deveria marcar a identidade de uma Guarda Civil Municipal é o Programa Segurança Escolar, com o objetivo de garantir que escolas da Rede Municipal tenham presença fixa de guardas civis municipais e que eles promovam interação com a comunidade escolar e seu entorno. Se não houver efetivo suficiente para presença física, é indicado que façam rondas preventivas nas entradas e saídas dos alunos.

b) Patrulhas Guardiãs Maria da Penha

Criar as Patrulhas Guardiãs Maria da Penha.

c) Programa de Mediação de Conflitos em parceria com o Poder Judiciário

A mediação de conflitos é uma das atribuições das Guardas Civis Municipais, prevista na lei nº13.022/14. Em São Paulo, na gestão Haddad, mais de 200 GCMs foram formados pelo Poder Judiciário para ser mediadores de conflitos. O objetivo era resolver pequenos conflitos, por meio da mediação e diálogo, sem judicializar os problemas. O juiz homologava as decisões, fruto das mediações.

d) Fiscalização e Orientação no trânsito

O Trânsito é uma das principais causas de morte nas cidades. Em parceria com a secretaria de transporte e contando com suporte de vídeo-monitoramento, as Guardas Civis Municipais podem e devem realizar fiscalização e orientação no trânsito, contribuindo para diminuir os acidentes, uma das atribuições previstas na lei federal.

e) Realizar Policiamento Preventivo na Cidade

A principal novidade na lei federal 13.022/14 é que coloca como um dos princípios de atuação das Guardas Civis Municipais a realização de policiamento preventivo. Mesmo que muitas já o realizassem antes da lei, só com a regulamentação federal as Guardas Civis Municipais passaram também a ter a competência de realizar um tipo específico de policiamento, que é o policiamento preventivo, além de cuidar dos próprios públicos. Muitos, equivocadamente, passaram a acreditar que com este princípio de atuação as Guardas Civis Municipais têm a mesma competência da PM no município. Não têm. As PMs são responsáveis por manter a ordem pública e realizar policiamento ostensivo repressivo e preventivo, apesar de fazerem mais o repressivo. As rondas preventivas realizadas pela Guarda Civil Municipal devem ser diferentes da PM, em especial, ter uma forma nova de abordagem que caracteriza uma agência municipal preventiva e comunitária. Sem ROMU.

f) Ações Interdisciplinares

Talvez, a atribuição da lei federal que mais caracteriza a identidade das Guardas Civis Municipais seja a XII, do artigo 4º: “articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município”.

Por fim, cabe destacar que disputamos um modelo de Estado, no qual a cidadania e o Estado Democrático de Direito são pilares dos nossos governos. Para colocar esse modelo em prática, com políticas públicas que criem um novo conceito de segurança pública no Brasil, temos que ter a perspectiva de enfrentar o senso comum e as propostas ou políticas reativas que alimentam a violência e o crime.

Políticas para a Educação

No quinto ano de vigência do ultraliberalismo, implementado com o golpe de 2016, são crescentes as restrições derivadas da reforma trabalhista, associada à EC 95, cujos impactos perversos se somam às restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); à desqualificação significativa resultante do chamado “novo ensino médio”; da “nova previdência” social; do desmanche dos programas nacionais de pesquisa; de formação inicial e continuada; dos contingenciamentos orçamentários que sufocaram universidades e institutos públicos de educação, ciência e tecnologia.

Estamos próximos do fim da vigência do FUNDEB, enfrentando as PECs de extinção de fundos setoriais, da desvinculação, desoneração e desindexação dos orçamentos públicos, de emergência financeira com a previsão de redução de jornadas e de salários, extinção de carreiras, privatização de serviços e transferência direta de fundos públicos às instituições privadas de ensino.

O Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar, hoje, deve ser uma resposta cabal à retirada de direitos, comandada pelo governo Bolsonaro, que transforma a vida do povo brasileiro em um turbilhão de insegurança e incertezas.

O direito à cidade, com todas as suas peculiaridades culturais e identitárias, geradoras de bem-estar, de segurança e felicidade para as pessoas, deve ser o fio condutor das nossas propostas para governar. E a educação pode ser a política pública de maior alcance, capaz de impulsionar este objetivo.

Educação, desenvolvimento e cidades felizes: principais diretrizes de ação

A educação é um direito humano fundamental, principal meio de acesso à cultura, às ciências, às artes, à filosofia, à tecnologia. O acesso à educação é condição importante para a mudança das relações sociais e superação das discriminações, para o desenvolvimento sustentável com garantia de distribuição de renda e de proteção aos recursos naturais.

A garantia de educação de qualidade, pública, inclusiva e democrática para todos e todas é fundamental para o exercício da liberdade e da cidadania, para o fortalecimento das relações sociais respeitadas e para prática de valores humanitários.

O Brasil caminhou nessa direção nos 13 anos dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, com fortes repercussões na educação dos estados e municípios, adotando medidas estruturais como o FUNDEB, o Piso Salarial Profissional para o Magistério, a Emenda Constitucional 59 e o Plano Nacional de Educação.

Nesse sentido, destacamos as seguintes diretrizes para um programa e plano de governo e proposta de mandato parlamentar:

Qualidade social, inclusão e equidade

- Promover um amplo e permanente movimento de reflexão sobre os currículos, o que supõe a troca de experiências entre escolas;
- Atenção à organização de currículos voltados à educação integral, que permitam à criança o desenvolvimento do brincar e do contato com diferentes campos do conhecimento e das linguagens; processos de alfabetização que considerem as experiências culturais e sociais das crianças; contato com a investigação e a pesquisa desde os primeiros anos do ensino fundamental; perspectiva de educação inclusiva, que leve em conta as características cognitivas, as experiências culturais, as especificidades e necessidades de todos os estudantes;
- Assegurar a abordagem curricular relativa aos direitos humanos, à cultura da paz e à prevenção de todas as formas de violência. Formação voltada à igualdade de gênero e ao combate a qualquer forma de discriminação. Fortalecimento do ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas e

implementação dos territórios de educação escolar quilombola e indígena. Promoção de educação ambiental, contribuindo para a construção de escolas sustentáveis e cidades preservadas;

- A articulação entre a educação infantil e o ensino fundamental;
- Política de formação permanente e sistemática para os educadores, em articulação com o movimento de reflexão sobre os currículos;
- A elaboração de projetos político-pedagógicos em todas as unidades educacionais a serem acompanhados em reuniões pedagógicas sistemáticas. Para tanto, será fundamental que esse tempo seja previsto na jornada de trabalho dos educadores;
- Integração de políticas e ações educacionais em cada lugar, por meio de processos de planejamento e gestão, intra e intersecretarias e unidades escolares;
- Reuniões pedagógicas com os educadores e educadoras, preparadas previamente, que discutam o desenvolvimento dos alunos, analisando suas dificuldades e, principalmente, suas possibilidades no campo da aprendizagem;
- Formação dos funcionários e funcionárias da escola;
- Combinação entre as avaliações externas e internas às unidades educacionais e órgãos da educação.

Democratização e qualificação da gestão educacional

Os municípios devem buscar, no exercício da sua autonomia como entes federados, formas para assegurar a gestão democrática e a participação popular na educação. O envolvimento de toda comunidade escolar – professores e professoras, funcionários e funcionárias, familiares e estudantes – na elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas é uma forma exitosa, já vivenciada por governos petistas, de tornar educação prioridade e de fazê-la a grande causa a ser defendida pela sociedade.

Outros instrumentos precisam ser implantados ou fortalecidos, como: Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento do FUNDEB, Conselho de Acompanhamento da Alimentação Escolar, dentre outros. Importantíssimo também o fortalecimento dos Conselhos Escolares, com investimento na formação de seus segmentos, bem como a garantia de formas democráticas para escolha dos dirigentes escolares e de empenho na criação de um ambiente de diálogo para solução de conflitos e divergências.

Para promover a democratização da escola, a superação da violência e valorização da vida, é fundamental a abertura das escolas, oferecendo ações esportivas, culturais e de lazer de maneira integrada, se possível com outras áreas de governo.

Valorização Profissional

Os trabalhadores e as trabalhadoras em educação, em suas diversas atividades pedagógicas, precisam, antes de tudo, ser considerados como protagonistas do processo de aprendizagem. Ao longo da luta dos educadores e educadoras, os pilares da valorização tornam-se mais complexos e exigentes, cabendo à administração pública considerar este novo paradigma.

- Prever um forte investimento no planejamento e na gestão pedagógica, amparado no trabalho coletivo e integrado dos (das) educadores (as) com as equipes pedagógicas de creches, escolas e dirigentes da secretaria de educação;
- Formação permanente e sistemática de educadores (as), em parceria com universidades públicas, garantindo-se tempo disponível integrado à jornada de trabalho;
- Implementação do Plano de Cargos e Carreira da Educação, com observância do Piso Salarial Profissional Nacional como valor inicial da matriz salarial;

- Implementação de política de formação para os funcionários, com a retomada do programa Pro-funcionário;
- Implementação de políticas de prevenção e atenção à saúde dos profissionais da educação.

Acesso, permanência e qualidade

A porta de entrada da criança na escola deve ser garantida pelo poder público, seja pela estratégia da Busca Ativa ou pela ampliação das vagas, de modo a expressar o compromisso com a progressiva universalização do ensino fundamental, da educação infantil de 4 a 5 anos e da ampliação do atendimento em creches.

Manter as crianças na escola, em boas condições de aprendizagem, vai requerer da gestão articulação necessária para garantir toda a estrutura adequada ao funcionamento das escolas: construção, reforma e manutenção de prédios escolares; provimento de materiais pedagógicos e outros; garantia de professores e funcionários em todas as unidades; transporte escolar; merenda escolar; livros e materiais didáticos.

Proteção e educação para nossas crianças

A educação na primeira infância, agora com o seu Marco Legal, deve promover o desenvolvimento físico, pedagógico e cognitivo das crianças; o desenvolvimento da criatividade e das curiosidades; deve promover a sociabilidade a partir do brincar, hoje considerado um direito; deve se desenvolver em ambientes acolhedores e inclusivos, que promovam a saúde e a proteção.

As ações pedagógicas desencadeadas a partir dos currículos devem assegurar a dignidade das crianças, protegendo-as de qualquer forma de negligência e violência e visando ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

O objetivo é que as creches e as escolas de educação infantil se tornem lugares de proteção e desenvolvimento da primeira infância. A meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) é voltada aos municípios, prevendo a universalização da educação de 4 e 5 anos e o alcance em creche de 50% das crianças até 3 anos. Os programas e planos de governos e as propostas de mandato parlamentar devem prever a ampliação do atendimento em creches.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Investir na Educação de Jovens e Adultos, visando superar o analfabetismo, e sempre que possível, articulá-la à formação profissional.

Educação no Campo

É muito importante que tenhamos propostas para as escolas que estão nos espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. Nesse sentido, é fundamental recuperarmos as orientações sobre Educação no Campo de 2007³ e as [Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013](#).

Desafios e perspectivas

As propostas aqui apresentadas se amparam no que o PT discute, formula e implementa ao longo de suas experiências em gestões estaduais e municipais que, sem sombra de dúvidas, desenvolveram-se muito nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Hoje, os prefeitos e prefeitas, vereadores

³ Ver documento no acervo do Curso no portal da ENFPT

e vereadoras encontrarão um MEC que ignora os municípios como entes capazes de formular e impõe projetos mirabolantes, quase todos de cunho privatista, que ao final, irão retirar recursos dos municípios. Por isso, é preciso muita atenção nas propostas de *voucher* para educação infantil, na PEC do FUNDEB e na parceria para escolas cívico-militares, esta última apresentada como o cartão de visitas do MEC.

Dizer não a esses projetos significa defender o legado do PT na educação e o direito de crianças, jovens e adultos à educação. Nossos programas de governo e propostas de mandato parlamentar devem afirmar a educação pública, defender a escola pública, que anuncie e promova o direito à educação, desenvolva cidades e pessoas felizes!

Políticas para a Saúde

Em Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo o acesso universal, integral e equitativo. Pela Revogação da Emenda Constitucional 95/ 2016, de congelamento de gastos públicos pelos próximos 20 anos.

A Saúde de um país acompanha o modelo de desenvolvimento pretendido para sua população, e neste processo, as políticas de saúde são destaque para um processo civilizatório de garantia de direitos. O Sistema Único de Saúde (SUS), conforme está inscrito na Constituição Federal de 1988, é a política pública mais inclusiva do país, pois atende o conjunto da população brasileira.

Quando pensamos sobre as causas de adoecimento e morte que afetam quem está ao nosso lado e a nós mesmos, constatamos que, no Brasil, vivemos diante de problemas de saúde típicos do século XIX e dos que caracterizam o século XXI, ou seja, doenças transmissíveis, como por exemplo a malária, a febre amarela, coronavírus e a dengue, e doenças crônico-degenerativas, como o câncer, entre outros. São problemas que, de modo geral, afetam a todos e todas.

Por isso, as diretrizes para elaboração de programas e planos de governo e de proposta de mandato parlamentar do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar consideram a importância do SUS, as necessidades de saúde, a organização do sistema, visando construção de territórios saudáveis para se viver, a importância do trabalho e dos trabalhadores e das trabalhadoras de saúde, investimento em gestões públicas transparentes e a valorização do controle social das políticas públicas.

Assim, indicamos as seguintes diretrizes para promover a qualificação do sistema municipal de saúde:

- Promoção e proteção da saúde para cuidar das pessoas;
- Atenção básica humanizada, resolutiva e de qualidade;
- Qualificação da rede de urgência e de atenção hospitalar;
- Atenção especializada, articulada e integrada em rede;
- Qualificação da gestão pública e valorização do trabalho em saúde;
- Reafirmar a participação da sociedade na defesa do SUS.

Promoção e proteção da saúde para cuidar das pessoas

- Implantar ações que reduzam as vergonhosas taxas de mortalidade infantil e materna. Para tanto, será necessário garantir acesso das gestantes ao pré-natal de qualidade nas UBSs e nas situações de risco gravídico, humanizar e melhorar as condições do parto e do puerpério, enfrentar a epidemia de cesáreas (respeitando às decisões da gestante) e ampliar as estratégias de vínculo da gestante com a maternidade, ofertando assistência aos bebês, inclusive com UTI neonatal, quando necessário. Visto, ainda, que parcela da população conta com planos de saúde, é necessário regular e articular os serviços da saúde suplementar na mesma direção, defendendo a vida de todas as mulheres e crianças de nossas cidades;
- Implantar o Programa de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, com ações destinadas a todas as faixas etárias, da puberdade ao climatério, a prevenção ao câncer de útero e de mama, o planejamento sexual e reprodutivo, a sexualidade e os principais problemas ginecológicos;
- Criar ações intersetoriais de promoção e proteção da saúde e qualidade de vida, destinadas às crianças, a jovens, a adultos, aos idosos e portadores de enfermidades crônicas, priorizando ações de alimentação saudável, controle da obesidade e do sedentarismo, do tabagismo e do uso abusivo de álcool e outras drogas;
- Desenvolver projetos intersetoriais de enfrentamento das diferentes formas de violência (no trânsito, no trabalho, sexual e contra as mulheres, pessoas negras, LGBTQs, crianças e pessoas idosas);

- Ampliar as ações do Programa Saúde na Escola (PSE), em parceria com a Educação, com ênfase na saúde bucal e oftalmológica, alimentação saudável, sexualidade, prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), gravidez na adolescência, uso de álcool e outras drogas;
- Fortalecer as ações para prevenção e controle de DSTs e AIDS, Hepatites, Tuberculose e Hanseníase, investindo em ações intersetoriais e descentralizadas de atenção a saúde, educação e proteção;
- Fortalecer ações de cuidado e de segurança da Saúde do Trabalhador, para o controle, identificação e notificação dos riscos do trabalho e ambientais;
- Desenvolver ações de saúde afirmativas (pessoas negras, mulheres, LGBTs, pessoas com deficiência), em articulação com as demais políticas intersetoriais;
- Fortalecer as ações de proteção e vigilância em saúde para o enfrentamento das principais vulnerabilidades e riscos do processo saúde-doença, com prioridades às pessoas que vivem em favelas, cortiços e em situação de rua;
- Intensificar e envolver a sociedade nas ações de controle da Dengue, Zika e Chikungunya;
- Implantar programa de controle da população de cães e gatos, para proteção da saúde humana e a promoção do bem-estar animal, em parceria com a sociedade civil.

Atenção básica humanizada, resolutiva e de qualidade

- Fortalecer a Atenção Básica em Saúde, garantindo atendimento integral e equitativo, com cuidado humanizado, resolutivo e de qualidade, em todas as unidades básicas de saúde, que devem garantir condições dignas de trabalho para que os servidores possam prestar atendimento qualificado e humanizado aos cidadãos e cidadãs;
- Ampliar as Equipes de Saúde da Família e os Núcleos de Apoio à Saúde da Família, visando a atingir cobertura de atenção à saúde da população, destacando regiões de maior vulnerabilidade e de maior densidade populacional;
- Defender a manutenção do Programa Mais Médicos para o Brasil, garantindo que toda a população possa ter equipes de Estratégia Saúde da Família completas, garantindo o atendimento médico de qualidade;
- Ampliar e fortalecer a estratégia dos Agentes Comunitários de Saúde para promoção da saúde, qualificação do cuidado, desenvolvimento de ações intersetoriais, vínculo com as pessoas e valorização da cidadania;
- Ampliar as ações do Programa Brasil Sorridente, desenvolvendo ações de prevenção nas escolas municipais e melhorando o atendimento odontológico nas Unidades de Saúde e nos Centros Especializados em Saúde Bucal;

Qualificar a rede de urgência e de atenção hospitalar

- Investir na ampliação, na qualidade e na humanização do atendimento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), consolidando o seu papel no atendimento das urgências, integradas à rede de saúde;
- Buscar, junto ao Ministério da Saúde e ao governo do Estado, a ampliação e renovação da frota do SAMU-192, reivindicando que o governo estadual participe do seu financiamento;
- Valorizar a rede hospitalar, seja ela pública (municipal, estadual e federal) ou conveniada ao SUS, de forma a que esteja articulada às necessidades locais, promovendo acesso da população a serviços de média complexidade, como cirurgias eletivas e serviços de alta complexidade, internações e outros tratamentos que exigem maior aporte técnico, por meio de processos de regulação do SUS. Articular a demanda local aos serviços hospitalares regionais, quando o município não tiver uma unidade hospitalar;
- Ampliar e aprimorar o Programa de Internação Domiciliar (PID) e de Fisioterapia Domiciliar.

Atenção especializada articulada e integrada em rede

- Organizar o atendimento especializado na cidade (consultas médicas com especialistas, exames e procedimentos especializados), consolidando um novo modelo de cuidado especializado multiprofissional, em rede e resolutivo, que solucione a vergonhosa fila de espera. Para tanto, é essencial promover a ampliação e a qualificação do atendimento prestado por Ambulatórios de Especialidades e demais serviços especializados da prefeitura, em articulação com serviços de especialidades mantidos pelos governos do estado, dos hospitais filantrópicos e serviços privados contratados pelo SUS;
- Fortalecer, ampliar e consolidar as Linhas de Cuidado em Rede para as principais doenças crônicas, como a hipertensão e o diabetes, ampliando as ações de prevenção, cuidado hospitalar e episódios de infarto agudo do miocárdio (IAM), de acidente vascular cerebral (AVC) e de insuficiência renal;
- Organizar ações para o cuidado à dor crônica (osteomusculares), organizando a oferta de cuidado multiprofissional nos territórios;
- Organizar atendimento especializado em reabilitação, destinado ao atendimento qualificado às pessoas com deficiência e outras doenças que necessitem desses serviços, com credenciamento das clínicas universitárias de fisioterapia, para ampliar o atendimento pelo SUS;
- Garantir nosso compromisso histórico com a Reforma Psiquiátrica, reestruturando e qualificando a Rede de Atenção Psicossocial (CAPS adulto, infantil e álcool-drogas), Consultório na Rua, e outros serviços de apoio que contem sempre com equipes de saúde. Fortalecer as ações de saúde mental e de prevenção e tratamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas na atenção básica e rede de urgência, promovendo a inclusão social e a construção de novos projetos de vida.

Qualificação da gestão e valorização do trabalho em saúde

- Implantar gestão democrática e participativa na saúde, com espaços coletivos institucionais de gestão compartilhada com os trabalhadores de saúde;
- Fortalecer as ações de Educação Permanente como estratégia de gestão e de educação continuada para atualização dos trabalhadores de saúde e qualificação do atendimento à população;
- Implementar parceria com as instituições de ensino da cidade que atuam na área da saúde para estabelecer uma “Rede de Saúde Escola” para o SUS, que seja um espaço de integração do ensino e dos serviços, ampliando os programas de residência médica e multiprofissional, de formação técnica, de pesquisa e especialização, voltados aos interesses do SUS;
- Garantir a oferta de medicamentos básicos e articular o acesso aos demais medicamentos, conforme organização e atribuições definidas na Política de Assistência Farmacêutica do SUS, priorizando o uso racional e seguro de medicamentos;
- Incrementar e aperfeiçoar as ações de regulação de forma integrada com a rede de atenção da região de saúde, com o objetivo de qualificar o acesso orientado pelas necessidades de saúde (e não pelos interesses econômicos dos prestadores);
- Avançar radicalmente na informatização dos serviços de saúde, com a adoção do prontuário eletrônico do paciente e outras ferramentas tecnológicas que permitam maior eficiência, eficácia, segurança, conforto e agilidade no atendimento;
- Modernizar os processos das vigilâncias (sanitária, epidemiológica, ambiental e de zoonoses), para maior agilidade, economia de procedimentos e melhoria do atendimento;
- Articular e liderar os municípios da região de saúde para buscar soluções metropolitanas para os problemas de saúde, reivindicando do governo do Estado e governo Federal a ampliação da oferta de serviços especializados ambulatoriais e hospitalares, revendo a oferta de acordo com as necessidades dos municípios, priorizando consultas, exames e internações de alta complexidade ou de doenças raras;
- Articular e liderar os demais municípios da região de saúde e dos estados para reivindicar maior apoio dos governos de Estado e da União para que ampliem o repasse de recursos para os municípios, visando ao cofinanciamento do SUS;
- Fortalecer e aprimorar a gestão pública dos serviços municipais de saúde, enfrentando a precarização das relações de trabalho e a privatização dos serviços de saúde;

- Exercer plenamente a autoridade sanitária por meio de estratégias de gestão, em parceria com a Agência Nacional de Saúde (ANS), que permitam garantir o acesso e a qualidade dos serviços ofertados pelos planos de saúde (verificar percentual da população coberta por planos de saúde), reconhecendo que a secretaria municipal de saúde não pode se eximir da responsabilidade de atuar para prevenir e controlar as doenças e agravos à saúde para a totalidade da população, em particular as que são de interesse coletivo (como DSTs, Aids, dengue, H1N1, coronavírus, infecção hospitalar, epidemia de cesarianas etc.);
- Implementar medidas de transparência na gestão pública, controle do desperdício e de enfrentamento da corrupção no uso dos recursos, bem como do clientelismo político, que impede a promoção da universalidade, da integralidade e da equidade, princípios constitucionais do SUS.

A participação da sociedade na formulação, fiscalização e deliberação acerca das políticas de saúde

Consolidar o controle social por meio da participação popular no Conselho Municipal de Saúde, conselhos gestores, conferências e encontros populares de saúde.

Reconhecer e valorizar os instrumentos de participação social que envolvem a sociedade, difundem informações e incorporam a defesa da saúde como base de diálogo sobre as demandas locais, politizando os debates sobre as dificuldades referentes à oferta de serviços de saúde, bem como apontam soluções para funcionamento dos serviços e agregam valor social as lutas em defesa do SUS.

Política para a Cultura

O PT, desde sua fundação, estabeleceu uma relação muito profunda com a comunidade cultural brasileira e, a partir dessa proximidade com fazedores de cultura, o partido foi formando uma plataforma para a produção de políticas culturais que se tornou referência para o mundo.

O documento Política Cultural, de 1984, tornou-se um marco para a construção de políticas públicas para a cultura e ainda mantém sua atualidade, mesmo depois de 36 anos da sua publicação. O texto pontua que:

“[...] a questão cultural deveria ser considerada uma das prioridades do Partido dos Trabalhadores quando se leva em conta o papel da cultura seja como fator de discriminação sociopolítica, seja como instrumento de dominação ideológica, seja como forma de resistência das classes dominadas, seja, enfim, como forma de criação com potencial de emancipação e libertação histórica”.

Dessa forma, um governo comprometido com a maioria da população, com setores historicamente discriminados e encabeçado pelo PT deve se comprometer em compreender a cultura como um pilar de sustentação da sociedade, fugindo da visão superficial de que cultura é sinônimo de mera produção de eventos ou simples produto de mercado. É preciso que as políticas culturais sejam vetores da promoção da cidadania, do desenvolvimento sustentável e das potencialidades estéticas existentes na sociedade.

O PT tem uma história de construção de políticas culturais transformadoras nas cidades. Em suas gestões em capitais, como São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, os governos ligados ao partido foram responsáveis por elaborar políticas culturais que formaram as bases para a ideia que se desenvolveria nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma: a formulação de um Sistema Nacional de Cultura.

Nos municípios, os governos têm a possibilidade de atuar em maior proximidade com os cidadãos e cidadãs. As políticas culturais podem contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida da população, uma vez que a cultura é um dos setores que mais geram emprego e renda – de acordo com o IBGE, mais de cinco milhões de pessoas estão ocupadas no Brasil no setor cultural. Além disso, as políticas culturais nos municípios podem gerar novas formas de sociabilidade, valorizando as culturas locais, reforçando identidades marginalizadas pelo histórico de exclusões sociais e urbanas e construir laços de convivência mais saudáveis e significativos. Isto é, as políticas culturais nas cidades, se desenvolvidas por meio das suas três dimensões – econômica, cidadã e estética, contribuem para que as comunidades ganhem em qualidade de vida e que as pessoas estabeleçam laços entre si, baseados em valores, como a igualdade, o respeito e a solidariedade.

Iniciativas para a estruturação de uma política cultural nos municípios:

As políticas culturais devem ser um vetor de combate às desigualdades sociais e, em nosso país, a ocupação dos territórios é um dos elementos de maior perpetuação dessas desigualdades. Em termos de políticas culturais, esse fator é preponderante e deve ser levado em conta. Os territórios periféricos e afastados das áreas centrais devem receber atenção redobrada no estabelecimento de políticas de cultura.

Para o pleno desenvolvimento de políticas culturais nos municípios, recomendamos a adoção de três medidas fundamentais:

- Criação do órgão de cultura – Diretoria de Cultura, Secretaria de Cultura e/ou Fundação Cultural – É de fundamental importância a criação de estruturas próprias para a elaboração, desenvolvimento e gestão das políticas culturais nos municípios. As políticas de cultura podem e devem estar articuladas com as estruturas de turismo, comunicação, educação e esportes e lazer, sempre guardando a autonomia de cada um desses setores. Para a atuação conjunta,

sugerimos a criação de comitês de gestão dos diversos órgãos que possam ter interface com a área cultural;

- Instituição do Sistema Municipal de Cultura, com a criação de um Fundo Municipal de Cultura dotado de recursos próprios e com a realização de editais periódicos; a criação e eleição de um Conselho de Políticas Culturais; a elaboração de um Plano Municipal de Cultura, com metas a serem atingidas em um período de tempo; e, também, realizar, periodicamente, a Conferência Municipal de Cultura, a fim de referendar junto à comunidade as políticas em curso;
- Realização do Cadastro Cultural da Cidade. Artistas, trabalhadores da cultura, gestores culturais, produtores, grupos culturais, povos e comunidades tradicionais devem ser incluídos nesse cadastro, a fim de que as políticas culturais desenvolvidas tenham maior eficiência, eficácia e efetividade.

Políticas voltadas às categorias e segmentos culturais

Para a construção de boas políticas culturais, é fundamental considerar a diversidade cultural local e buscar não hierarquizar as expressões, manifestações e segmentos culturais. As últimas experiências de implementação de políticas específicas na cultura e representação social nos conselhos consideram como segmentos culturais: Culturas Populares, Culturas de Povos Tradicionais de Mariz Africana, Culturas Indígenas. O conceito de áreas temáticas também deve abranger a atuação de profissionais, como produtores culturais, designers, artistas visuais, fotógrafos, cineastas e demais profissionais da área do audiovisual, profissionais da moda, profissionais do livro e literatura, profissionais das artes cênicas – da dança, teatro, ópera, circo, performance –, profissionais da área do patrimônio material e imaterial – historiadores, museólogos, arquitetos, arqueólogos, antropólogos etc.

Equipamentos culturais

Realizar uma política de valorização, manutenção e dinamização, voltada para os equipamentos culturais, também é fundamental para o desenvolvimento cultural das cidades. Os equipamentos públicos e privados de cultura do município necessitam de uma atuação a partir da estruturação de um sistema de equipamentos culturais. A criação e manutenção de cinemas, teatros, museus, galerias, bibliotecas e centros culturais possuem grande importância na construção de políticas de cultura, pois possibilitam a exibição, a fruição e até a produção de bens culturais. No desenvolvimento de políticas para a instalação e manutenção de equipamentos culturais, deve-se sempre levar em conta o atendimento do conjunto dos territórios locais, evitando-se ao máximo a concentração dos equipamentos de cultura nos municípios.

Políticas para as Mulheres

Vivemos tempos de intensificação dos ataques às vidas e aos direitos das mulheres e de toda a classe trabalhadora. O golpe de 2016 instaurou no país um governo que representa interesses de elites internacionais e nacionais, e faz parte da ascensão da política antidemocrática na América Latina e na Europa. Um governo, ao mesmo tempo, ultraliberal e ultraconservador, que se opõe a toda e qualquer política de igualdade de direitos, gênero, raça, orientação sexual e social. Assenta-se em dois pilares: na moralidade fundamentalista e na supremacia do mercado, articulando-os de maneira que moraliza o mercado e mercantiliza a moralidade. Tudo se transforma em empresa, até mesmo as pessoas e as famílias, a partir da concepção de Estado Mínimo.

O atual governo ataca todas as igualdades de direitos, conquistadas nos governos democráticos. As mulheres, em sua diversidade, estão entre os grupos mais prejudicados por essas políticas de precarização da vida e cerceamento da liberdade, estando entre os grupos que são eleitos como inimigos. Assim, enfrentamos o desafio de construção de políticas para a igualdade entre todos os gêneros, combatendo as estruturas patriarcais e a política de morte, que impõem o poder dos homens sobre as mulheres, em um contexto de adversidade.

Com relação aos direitos das mulheres, vivemos épocas de conquistas que sem dúvida mudaram a vida das mulheres da cidade e do campo. Foram nos quase 16 anos de governos democráticos do PT que as políticas públicas para as mulheres, construídas com a participação do movimento de mulheres e feministas, aproximaram da realidade sonhos como viver sem violência. Contamos com experiências exitosas de gestões petistas, elaboradas com ampla participação popular, especialmente as implementadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, com *status* de Ministério, dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Depois das políticas conquistadas, temos visto e sentido, cotidianamente, perdas que definem uma conjuntura de retrocesso absoluto desde 2016, no que se refere às políticas para as mulheres. Há um escandaloso aumento do feminicídio, principalmente de mulheres negras. Só no último trimestre de 2019, o número cresceu 7,5%; neste ano (2020, março), foram assassinadas 1.310 mulheres. Vivenciamos o aumento dos estupros coletivos, aumento dos abusos sexuais, destruição de toda a rede de proteção às mulheres em relação às violências, com a retirada de todo recurso das políticas de enfrentamento à violência – o que se vê na diminuição dos recursos para o Disque 180, no fechamento e precarização de serviços de atendimento, por exemplo. Também importante lembrar o impacto da posse e do porte das armas nos feminicídios ocorridos dentro das casas, de maneira a aumentá-los.

Com relação à saúde, muito grave a violência obstétrica ter sido retirada do quadro das violências. Atualmente, o governo federal pauta a política de abstinência sexual no lugar de uma política de prevenção a DST/AIDS e contracepção. A política de saúde mental foi substituída pela de internação compulsória hospitalar. Houve uma desidratação dos serviços de aborto legal. O conceito de direitos sexuais e reprodutivos, presente em todos os documentos das Nações Unidas nos quais o Brasil foi signatário, foi retirado.

Na educação, a censura sobre questões de gênero, chamada de “ideologia de gênero”, promovida pela articulação internacional do Movimento Escola Sem Partido, tem, ao mesmo tempo, violado o direito das crianças e adolescentes ao conhecimento e à cultura e perseguido professoras e professores. O ensino domiciliar é um retrocesso enorme em relação aos direitos da criança e do adolescente, restringindo o acesso ao conhecimento e ao espaço público, inclusive como espaço de denúncia de abusos sexuais. Também é grave a militarização do ensino médio. O ensino superior vem sendo privatizado, a partir da redução de recursos públicos, como demonstra o Projeto Future-se. Uma nação sem educação, ciência e tecnologia tem sua soberania comprometida.

As relações de trabalho são alteradas com a contrarreforma trabalhista, sustentada na precarização, privatização e flexibilização, e a da previdência. Cada pessoa passa a ser supostamente gestora de si mesma, desconfigurando a real situação de trabalhadora, para se autodenominar “micro-empresária”. São os casos de empresas de aplicativo, tais como Uber e iFood. Também cresceu o trabalho informal,

com muitas mulheres se tornando ambulantes nas ruas. Categorias femininas muito impactadas pelo quadro são as trabalhadoras domésticas, trabalhadoras rurais, as comerciárias e as funcionárias públicas, prioritariamente as mulheres negras.

Em contraste com a decisão de criminalização da LGBTfobia por parte do Supremo Tribunal Federal, o governo faz discurso institucional de ódio, com apologia à violência, de modo que, pelo segundo ano seguido, o Brasil é o país que mais mata LGBTs do mundo, em especial mulheres transexuais. A política de morte também se expressa nos genocídios da juventude negra e dos povos indígenas, com o objetivo de apropriação e exploração das terras dos povos tradicionais.

A participação popular vem sendo criminalizada, com o fechamento e desidratação de inúmeros conselhos de participação e controle social. O quadro descrito vai na contramão e na negação das diretrizes da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2015, no governo da Presidenta Dilma, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. A diretriz geral apontou que "todas as expressões a seguir listadas devem ser consideradas quando se fizer referência às políticas para as mulheres:

Negras, lésbicas, transexuais, bissexuais, quilombolas, indígenas, ciganas, em situações de rua, catadora de material reciclável, de periferia, com deficiência, portadora de doenças crônicas e patologias psicossomáticas, psiquiátricas e transtorno mental, em condição de drogadição, do campo, rurais, da floresta, das águas, ribeirinhas, das marés, faxinalenses, prostitutas, vítimas de escarpelamento, em situação prisional, surda/surdocega, geracional (meninas, adolescentes e idosas), matriz africana, vítimas de violência obstétrica, mulheres vivendo com HIV/AIDS, trabalhadoras domésticas, circenses, migrantes, marisqueiras, mulheres da cultura tradicional, pescadoras, quebradeiras de coco, parteiras tradicionais, mulheres de terreiro, mulheres imigrantes, da agricultura familiar, mulheres autônomas, associadas e cooperadas".

Apesar de muitas mudanças terem se dado em nível Federal, é fundamental aproveitar todas as oportunidades e brechas em âmbito municipal, seja no Legislativo ou no Executivo, para construir alternativas. Nosso legado é instrumento fundamental para demonstrar como políticas públicas podem transformar a vida das mulheres, devendo ser retomado e reelaborado nos municípios de todo o Brasil.

Interseccionalidade: Formular Política para Mulheres, considerando todas as áreas de gestão e as diversidades das mulheres

A formulação de Políticas para Mulheres deve estar presente de maneira interseccional em todas as políticas de um governo, com olhar articulado em todas as áreas da gestão. Ao mesmo tempo, a interseccionalidade evidencia que as mulheres são diversas entre si: somos indígenas, negras, lésbicas, bissexuais, transsexuais, do campo, da cidade, quilombolas, de matriz africana, ciganas, jovens, idosas, profissionais do sexo.

A formulação de políticas públicas deve estar alinhada com marcos internacionais, tais como os [17](#) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, inclusive considerando que nossos governos foram signatários dessas políticas internacionais.

Fortalecimento da participação popular

A participação popular, fundamental em todas as gestões petistas, torna-se ainda mais relevante em um contexto de golpe e retrocessos, sendo um dos instrumentos para dar voz à resistência. Nesse sentido, é importante:

- Criar e fortalecer os conselhos de políticas para as mulheres;
- Realizar conferências de políticas para as mulheres;
- Construir planos de igualdade de gênero;

- Mandatos e gestões populares, com participação dos movimentos sociais, de mulheres, feministas e populares;
- Incentivar e apoiar a organização coletiva das mulheres, como instrumento de transformação de suas vidas, das vidas de sua família e das vidas de suas comunidades;
- Realizar formação permanente das mulheres para ocuparem espaços decisórios e participativos;
- Capacitar as mulheres para a compreensão do orçamento público e da articulação com as políticas setoriais e universais.

Institucionalização das políticas para as mulheres

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres é um marco histórico da gestão do PT para formular, multiplicar e disseminar as políticas voltadas para as mulheres;

- Criar, implantar e fortalecer organismos de políticas para mulheres, como secretarias, coordenadorias, diretorias etc;
- Elaborar plano de atuação de política para mulheres;
- Garantir no PPA, na LDO e na LOA dotação mínima orçamentária para as políticas para as mulheres, garantindo a estruturação dos órgãos gestores, programas e serviços;
- Assegurar os direitos das mulheres em todos os seus ciclos de vida, da infância à velhice.

Importância da produção de indicadores e dados sobre mulheres

- Construir, fomentar e divulgar periodicamente indicadores sociodemográficos, quantitativos e qualitativos e articular com outros instrumentos censitários sobre temas, tais como saúde, segurança pública, educação, assistência social, entre outros, levando em consideração a diversidade das mulheres. Fomentar a construção destes indicadores junto a órgãos censitários e de pesquisa, tais como IBGE, IPEA e órgãos que coletam dados para os registros administrativos nos municípios.

Fortalecer a rede de proteção e combate à violência contra a mulher

- Resgatar e implantar os serviços especializados previstos na Lei Maria da Penha e outras legislações (Abuso Sexual, Violência Sexual, Notificação Obrigatória da Violência, Feminicídio, Portarias do SUS);
- Promover a assistência integral às mulheres que sofrem de violência doméstica e sexual e às meninas que sofrem abuso sexual, ampliando e estruturando serviços especializados de atendimento, tais como centros de referência, Casa Abrigo, unidades de saúde referência, contracepção de emergência e a profilaxia de infecção pelo HIV;
- Capacitar de forma contínua os profissionais do sistema de segurança pública, do SUS, do SUAS, da Educação e as conselheiras para o conhecimento das normativas e o fortalecimento da rede de proteção a mulher, criança e adolescente;
- Divulgar e fortalecer o Disque 180;
- Criar e ampliar os serviços de denúncia para as mulheres indígenas, povos e comunidade tradicionais, que não possuem cobertura telefônica.

Saúde integral das mulheres

- Fortalecer as ações de atenção à saúde integral da mulher, com atendimento humanizado, em todas as fases de seu ciclo de vida. Ou seja, humanizar o atendimento à saúde das mulheres no período da gestação, parto e puerpério; à saúde mental das mulheres, em especial pelos altos índices de uso de medicamentos e de drogas; ao HIV e a AIDS, em função do aumento da epidemia entre as mulheres e à transmissão vertical; câncer de mama; e adaptação de acessibilidade universal em todos os espaços;
- Fortalecer as ações que garantam os exercícios dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;

- Aprimorar as campanhas de educação para: a saúde e prevenção às doenças que afetam mulheres, todos os métodos disponíveis de prevenção e contracepção e contra o racismo institucional;
- Promover ações para erradicar e punir a violência obstétrica e o cumprimento efetivo da Lei federal 11.108/2005, que garante à parturiente o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto. Garantir formação continuada para as parteiras tradicionais;
- Fortalecer e garantir a oferta de hormonioterapia para todas as mulheres transexuais com o acompanhamento de médico endocrinologista;
- Fortalecer as ações que reduzam a mortalidade materna e de controle dos cânceres de colo do útero e de mama;
- Fazer cumprir a Lei de Planejamento Familiar, universalizando os serviços que fornecem informações e acesso aos métodos anticoncepcionais;
- Criar canais de diálogo sobre o papel da escola na discussão e orientação sobre sexualidade e reprodução, com foco na contracepção, na prevenção das DSTs/AIDS e na gravidez precoce;
- Reforçar e ampliar serviços de aborto legal e de atendimento humanizado para mulheres em processo de abortamento;
- Formar agentes de saúde para atuar em territórios indígenas.

Autonomia econômica das mulheres

- Garantir a criação de mecanismos de igualdade de cargos e salários na administração pública;
- Aumentar significativamente vagas em creches públicas e para crianças de 4 meses a 5 anos, em tempo integral;
- Garantir serviços públicos de cuidado para pessoas idosas e com deficiência. Cuidado especial no atendimento em áreas periféricas dos centros urbanos e zonas rurais;
- Promover políticas de trabalho, geração de emprego e renda e economia solidária para associações e grupos de mulheres do meio rural, comunidades e povos tradicionais, mulheres ciganas, mulheres com deficiência e inserção no mercado de trabalho das mulheres em regime semiaberto e egressas do sistema prisional;
- Criar e implantar programas que garantam habitação digna, com a garantia de estrutura urbana adequada (creche, instituições escolares, UBSs etc.);
- Ampliar e fortalecer os programas de capacitação para as mulheres do campo e da cidade.

Educação para a igualdade

- Promover debates sobre a reformulação dos planos municipais de educação, pautando a educação não sexista, não LGBTfóbica e não racista, de acordo com os marcos legais;
- Implementar e fiscalizar o cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08, que incluem no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade das temáticas: "História e Cultura Afro-Brasileira" e "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", respectivamente;
- Aprovar a portaria do nome social nas escolas nos municípios;
- Contribuir nas estratégias de valorização de profissionais da Rede de Educação, conforme a Lei Federal 11738/2008, garantindo oportunidades de capacitação e conscientização sobre direitos humanos e de cidadania, relações de gênero e questões raciais/ étnicas, de modo que seu aprendizado se aplique na pedagogia escolar e enriqueça as interações com as famílias e comunidades;
- Garantir programa de qualificação de nível superior e demais títulos de graduação específica para mulheres do campo, da floresta e das águas e comunidades tradicionais;
- Elaborar a produção didática e paradidática para as mulheres com deficiência.

Meio ambiente

- Garantir políticas de proteção dos territórios indígenas, quilombolas e tradicionais;
- Incentivar a permacultura, agricultura familiar e ao manejo sustentável;

- Criar o programa bolsa verde em âmbito municipal que garanta um benefício financeiro às famílias extremamente pobres que vivem em áreas de reservas extrativistas ou em áreas de conservação ambiental e que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária, territórios ocupados por comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas ou outras áreas rurais;
- Criar mecanismos que incentivem as organizações de catadoras dirigidas por mulheres;
- Fomentar a formação de catadoras mulheres para assumir postos de liderança.

Moradia

- Garantir moradia popular para mulheres chefes de família, prioritariamente aquelas em situação de violência.

Transporte

Combate ao assédio sexual nos transportes públicos, passando pela prevenção, garantia de denúncia, punição.

Cultura e acesso a espaços públicos

- Valorizar, apoiar, promover a produção cultural de mulheres;
- Garantir o acesso das mulheres aos espaços públicos;
- Criar espaços culturais e programas de lazer para as mulheres.

Comunicação

- Desenvolver campanhas pela igualdade de gênero na sociedade com temas, tais como: divisão igualitária do trabalho doméstico; enfrentamento à violência no meio virtual; combate à exploração e ao abuso sexual de meninas e mulheres; campanha contra o racismo, lesbofobia e o preconceito de gênero; e combate ao feminicídio;
- Fortalecer ações de orientação e informação sobre o uso das redes sociais e riscos de exposição de seus dados pessoais e de sua imagem;
- Criar leis que garantam espaço gratuito nos meios de comunicação de massa para a divulgação dos direitos e denúncia da violência contra as mulheres.

Políticas para a Juventude

O Brasil reconhece uma série de direitos a Juventude (especificamente de 15 a 29 anos), considerando as especificidades desta fase da vida humana, tanto subjetivos – como o fato de ser a juventude um sensível período de transição e formação psicossocial – quanto objetivos – como o fato dos índices de violência contra a juventude superarem por amplas margens os mesmos índices contra os demais segmentos populacionais.

O Mapa da Violência, publicado em 2019 pelo IPEA, aponta que no Brasil, em 2017, 35.783 jovens foram assassinados, representando uma taxa de 69,9 homicídios a cada 100 mil jovens no país, recorde nos últimos dez anos, sendo o homicídio a maior causa de morte de jovens no Brasil, que vitimiza principalmente a juventude negra e moradora de periferia⁴. A transformação dos territórios de vivência dessa juventude em territórios com garantia de direitos deve ser tarefa prioritária para o Estado, em consonância com o determinado no Estatuto da Juventude.

Ao quadro de extrema violência, soma-se o alto grau de desocupação da juventude, ou seja, o número de jovens que está sem vínculos de trabalho ou de estudo. Segundo pesquisa PNAD do IBGE, no último trimestre de 2018, a taxa de desocupação da juventude de 18 a 24 anos era de 23% do total desta população. Ainda, a renda média de jovens no Brasil em 2019 era de R\$567 reais, enquanto a média da população brasileira R\$1.174.

O cenário onde a juventude brasileira está inserida, é, portanto, marcado pela violência e ausência de garantia de direitos, com alto desemprego e baixa renda.

Além do precípuo direito à vida e dos direitos relativos ao trabalho e renda, verifica-se no país a violação sistemática dos direitos estabelecidos no Estatuto da Juventude, sendo cada vez mais parcos os investimentos em política cultural direcionada a este segmento e políticas que garantam o acesso e permanência com qualidade na educação em todos os níveis.

Encarar a tarefa de mudar a vida da juventude brasileira com políticas públicas a partir de uma perspectiva emancipatória e socialista exige enfrentar desafios e potencialidades enormes. Primeiro, porque os rumos da vida e consciência da juventude estão em constante disputa. O neoliberalismo e seus valores buscam cotidianamente conquistar a juventude para o seu projeto individualista e anti-solidário de sociedade. O modo petista de construir políticas públicas de juventude (PPJs), por sua vez, deve estar disposto à disputa constante com o neoliberalismo, desvelando um outro mundo possível para a juventude, buscando a garantia da igualdade de oportunidades, o livre desenvolvimento de sua personalidade e envolvendo a própria juventude na tomada de decisões sobre o seu destino, viabilizando o direito à participação social.

Desta forma as PPJs petistas devem voltar-se para a garantia da vida digna para as juventudes do campo e da cidade, ampliando as possibilidades de geração de renda, acesso à educação, saúde e cultura, livre expressão de sua sexualidade e o combate ao racismo e outras formas de discriminação, alinhando-se a uma política de segurança cidadã que encare a juventude como sujeito de direitos e não como inimigo.

São exemplos de experiências positivas de governos petistas a criação de programas de capacitação e formação de jovens; ações culturais e desportivas complementares e integradas à rede de educação pública; políticas de incentivo ao ingresso no mercado de trabalho; iniciativas de fomento a empreendimentos de economia solidária geridos por jovens; e criação de conselhos, realização de conferências e elaboração de planos participativos.

Diretrizes para uma política municipal para a Juventude:

⁴ No Rio Grande do Norte, por exemplo, estado com os mais altos índices de homicídios de jovens nesse período - 152 assassinados a cada 100 mil jovens em 2017 – os dados levantados pelo Observatório da Violência (OBVIO/RN) apontam para um perfil majoritariamente masculino (95%), negro ou pardo (90%), de baixa escolaridade (85,1% tem até o ensino fundamental), baixa renda (76% com até um salário mínimo), e grande concentração dessas ocorrências nas periferias urbanas.

Educação

- Promover o Ensino Integral com a oferta de educação tecnológica e profissionalizante, e de educação cultural, desportiva e cidadã;
- Buscar a promoção da Educação de Jovens e Adultos, a erradicação do analfabetismo e construir políticas de apoio complementares no acesso ao ensino superior.

Profissionalização, trabalho e renda

- Promover o acesso ao estágio, jovem aprendiz e ao primeiro emprego;
- Construir políticas de incentivo à permanência no campo e à sucessão rural;
- Incentivar a economia solidária e o cooperativismo, promovendo iniciativas de inovação empreendedoras, com recorte social.

Diversidade e Igualdade

- O fomento da construção de centros de referência para atendimento de jovens mulheres, LGBTs, negros e negras, quilombolas, indígenas, juventude em situação de rua;
- O fomento aos conselhos, para além do Conselho de Juventude.

Cultura

- O fomento, acesso e a democratização cultural para a juventude;
- Criação do Plano Municipal de Cultura em cidades que não o possuem;
- Fomento a espaços que incentivem a economia criativa, a fim de promover o local para jovens iniciantes e também referências na cena cultural do local.

Políticas para a pessoa LGBT

O Partido dos Trabalhadores sempre esteve ao lado de todas as lutas por direitos humanos, afinal sua constituição fundou-se no anseio de que todos possuem os mesmos direitos, o que fortaleceu o processo Constituinte, a redemocratização do Brasil e o “Estado de Bem-Estar Social que preconiza o Estado Democrático de Direito”.

Ao longo de sua trajetória, O PT foi terreno fecundo, por meio de seus canais democráticos de participação, para tratar de temas, necessidades, percepções e demandas sociais das maiorias sociais. Por isso, tornou-se a principal ferramenta prática de transformação social para mulheres, pessoas negras, jovens e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs).

A defesa e as políticas voltadas à população LGBT, bem como os avanços conquistados nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma merecem destaque, ainda que não se tenha conseguido alcançar todos os direitos necessários devidos a essa população, pois são inegáveis e tiveram repercussão concreta na vida e na dinâmica das cidades, a partir da melhoria na qualidade de vida das pessoas, em especial, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ao mesmo tempo, em consonância com esses avanços sociais, houve uma ampliação da organização e da força desses setores e segmentos no interior do partido, juntamente com mulheres, pessoas negras e juventude.

Ao mesmo tempo, o PT tem fortalecido e incentivado seus militantes, em cada área, a se organizar em diferentes movimentos e em entidades. Essa organização sempre orientou a luta pela defesa dos interesses da classe trabalhadora em seus diferentes e plurais aspectos, demonstrando a força e potência das construções e atualizações sociais, servindo de bússola para o partido.

Nessa conjuntura, o governo Bolsonaro associa ao programa ultraliberal os mais atrasados e nefastos valores sociais, incentivando a perseguição e todas as formas de violência contra a população LGBT. Nas eleições de 2020, é preciso defender a liberdade e a vida de cada pessoa e deixar claro que a orientação sexual de cada um não é, e não pode ser, assunto público. O assunto público a ser discutido e tratado é a defesa dos direitos humanos de todos os cidadãos e cidadãs.

Dessa forma, apoiados nas políticas ainda parciais que tiveram início em 2003, devemos construir nossas propostas para os programas e planos de governo e propostas de mandato parlamentar.

Destacamos as políticas desenvolvidas nos governos do Presidente Lula e Presidenta Dilma:

- Programa Brasil sem Homofobia (2004) – um conjunto de ações e iniciativas interministeriais, envolvendo educação, cultura, saúde, previdência, entre outros.
- Realização da 1ª Conferência Nacional LGBT – 06 a 08/06/2008;
- Criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD – LGBT (09/12/10);
- Realização da 2ª Conferência Nacional LGBT – 15 a 18/12/2011;
- Conquista do casamento entre pessoas do mesmo gênero, a partir da atuação do movimento LGBT organizado – STF – 05/04/2011;
- Determinação para que os cartórios realizassem o casamento entre pessoas do mesmo sexo - CNJ – 14/05/2013;
- Realização da 3ª Conferência Nacional LGBT – 24 a 27/04/2016.

Para mitigar a desigualdade e a segregação sociais, as ações e propostas têm como pressuposto o convívio saudável e respeitoso entre todas e todos, conforme previsto na Carta Magna de 1988.

Proposta de Mandato Parlamentar:

- Apresentar projeto de lei que crie o Conselho Municipal LGBT;

- Realizar seminários e audiências públicas para discutir as principais demandas da população LGBT como, por exemplo, a questão da saúde integral na rede municipal;
- Participar da articulação com organizações aliadas do movimento LGBT e das suas mobilizações, a exemplo das paradas, bem como estimulá-las a debater e pautar as questões relativas ao tema; e integrar os mecanismos de participação e controle social de políticas e direitos LGBT;
- Orientar vereadores e vereadoras sobre projetos de lei para garantia de cidadania LGBT;
- Produzir cartilha física e virtual de orientação à população sobre a terminologia utilizada pelo movimento LGBT;
- Organizar pesquisas para levantamento de dados sobre *bullying*, violência física e depressão motivados por LGBTfobia.

Programas e Planos de Governo:

- Realizar cursos de formação para os servidores municipais para discutir assuntos e temáticas específicas da população LGBT, como a questão da saúde integral, combate ao *bullying* homofóbico nas escolas municipais;
- Realizar oficinas de formação para adolescentes e jovens sobre diversidade sexual e as manifestações da identidade de gênero e orientação sexual, de acordo com os parâmetros nacionais curriculares;
- Criar, junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), centro de Cidadania LGBT: serviço de atendimento jurídico, social e psicológico para LGBTs vítimas de violência;
- Estabelecer um programa de ações entre secretarias para o combate a LGBTfobia e promoção da cidadania LGBT;
- Incluir a população LGBT em programas de qualificação profissional e geração de emprego e renda para fazer frente à discriminação;
- Promover a educação para a diversidade sexual;
- Oferecer atendimento psicológico a estudantes vítimas de discriminação, com a finalidade de prevenir a evasão escolar.

Políticas para o Combate ao Racismo

Os governos petistas foram os que mais contribuíram para diminuição das desigualdades entre negros e brancos no país, mais combateram o racismo e a discriminação racial e promoveram uma inédita mobilidade social das camadas populares. Assim, é correto caracterizá-los como gestões que privilegiaram a população negra, tanto com as políticas sociais generalistas que beneficiavam os pobres em geral, como pelas políticas específicas de promoção da igualdade racial.

Nas eleições de 2020, portanto, dois projetos de país estarão em disputa. Um elitista, excludente, racista, xenófobo, defensor da manutenção da sociedade desigual que ainda vivemos. O outro, democrático-popular, inclusivo, defensor da igualdade de oportunidades e direitos.

Nesse sentido, é necessário o aprofundamento e ampliação de diversas políticas, assim como a implementação de novos e ousados programas para diminuir a histórica desigualdade racial em nossas cidades. Apesar dos esforços perpetrados e dos avanços conquistados no passado recente, as gestões municipais deverão resgatar e ampliar todos os programas de promoção da igualdade racial.

Não obstante, é preciso superar um paradoxo que marcou os governos do PT no país: num mesmo período em que se incluiu social e economicamente números expressivos de jovens negros, cresceu de forma alarmante o homicídio e o encarceramento desse mesmo grupo social.

Assim, propomos que os programas e planos de governo e as propostas de mandato parlamentar do PT tenham as seguintes diretrizes e ações:

I – Retomada das políticas de promoção da igualdade racial, como eixo estruturante do desenvolvimento de políticas transversais que dialoguem com todas as áreas do governo;

II – Enfrentamento à vulnerabilização e à violência contra a juventude negra, a partir da criação de programas específicos que reduzam os índices de mortalidade e encarceramento dessa parcela da população.

- Políticas públicas que busquem igualdade de tratamento, salários e oportunidades no mundo do trabalho, por meio da implantação das políticas de cotas e programas de empreendedorismo;
- Criação de programa de formação/qualificação de jovens empreendedores negros e negras – incluindo as especificidades das comunidades negras tradicionais (quilombolas e comunidades de terreiros) e rurais – em parceria com o Sistema “S”, as escolas técnicas e universidades;
- Implantação de um Pacto Municipal de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, articulado com ações na área de segurança pública que visem à superação da discriminação racial e de gênero;
- Criação de ações governamentais, com especial atenção a prevenção e qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras em saúde acerca das especificidades da saúde da população negra e das doenças físicas e mentais decorrentes do racismo;
- Construção de mecanismos mais efetivos de participação dos quilombolas, respeitando as especificidades de cada região, inclusive assegurando a consulta pública livre e informada, quando se tratar de ações que afetem a vidas das comunidades quilombolas;
- Estabelecer políticas que permitam a defesa e prática da liberdade e diversidade religiosa, desenvolvendo campanhas institucionais contra o racismo religioso e pela valorização das religiões de matriz africana;
- Indução de programas de formação de professores (as) em torno das leis 10.639 e 11.645 nas universidades federais, na promoção de cursos de especialização, privilegiando professores (as) do Ensino Básico.